

Acordo de Cooperação Técnica nº 084/2025

Processo nº 2025-57QB5

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - INCAPER E O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO.

O **Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper**, autarquia estadual de direito público interno, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, com sede na Rua Afonso Sarlo, 160 - Bento Ferreira, Vitória/ES, 29052-010, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.273.416/0001-30, daqui por diante denominado **INCAPER** representado neste ato pelo seu Diretor-Geral, **Alessandro Broedel Torezani**, brasileiro, residente em Sooretama/ES, e o **Município de São Mateus**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 27.167.477/0001-12, situado na Avenida Jones Dos Santos Neves, 70 - Centro, São Mateus/ES, 29930-010, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento, senhor **Edson Bissaro**, brasileiro, residente em São Mateus/ES, em conformidade com os autos do processo eletrônico E-docs nº **2025-57QB5**, e com fundamento na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 194/2000, no Decreto Estadual nº 2.737-R, de 19 de abril de 2011, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, o qual se regerá pelas cláusulas a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica objetiva o estabelecimento de condições básicas de cooperação entre as partes, visando à execução de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, construído em articulação com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, observadas as políticas e diretrizes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Obrigações dos partícipes

2.1. São objetivos gerais do presente Acordo de Cooperação Técnica:

- a) A dinamização do setor rural com o aproveitamento adequado das potencialidades do Município, de modo a buscar a autossuficiência na produção de alimentos e geração de excedentes comercializáveis;
- b) A conjugação de esforços e recursos, na busca de soluções para os problemas que impeçam ou dificultem o desenvolvimento do setor agropecuário;
- c) A utilização planejada dos recursos naturais, visando à preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- d) A capacitação dos agricultores familiares, nas áreas de agricultura e gerencial, visando à utilização correta de máquinas, equipamentos, insumos, crédito rural e outros, de modo a conseguirem o aumento de produtividade, de renda e melhoria de condições de vida;
- e) A implementação de políticas voltadas para o setor rural que contribuam para o desenvolvimento do município;
- f) A organização e o desenvolvimento das comunidades rurais, compreendendo o cooperativismo e outras formas de associativismo;
- g) A elaboração e implementação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, como mecanismo para direcionar as ações a serem desenvolvidas em curto e médio prazos;
- h) Os partícipes obrigam-se a apresentar prestação de contas parcial e final das atividades executadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com o cronograma de execução e as metas estabelecidas no respectivo Plano de Trabalho.

2.2. O **INCAPER** se compromete a:

- a) Orientar e assistir gratuitamente, os agricultores familiares e organizações sociais ligadas à agricultura familiar, utilizando estratégias e metodologias que permitam a maximização da abrangência e dos resultados e minimização dos custos, através da difusão de informações técnicas, econômicas, conjunturais, resultados de pesquisa agropecuária, alternativas de diversificação e integração de atividades agropecuárias, processamento e/ou industrialização da produção, estratégias de comercialização e outras ações que possibilitem o desenvolvimento rural sustentável, o aumento de renda e o bem-estar da família rural;
- b) Participar juntamente com o **MUNICÍPIO** e outras entidades ligadas ao desenvolvimento rural, de programas que visem à preservação, conservação e recuperação ambiental e o uso racional dos recursos naturais;
- c) Fornecer informações ao **MUNICÍPIO**, quando solicitadas, dados e informações sobre a realidade rural do município, safras agrícolas, políticas agropecuárias, comercialização e estrutura do mercado dos produtos agrícolas e a situação socioeconômica dos agricultores familiares assistidos e suas organizações;
- d) Participar e contribuir na elaboração, execução e avaliação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

- e) Atuar na organização, desenvolvimento e aperfeiçoamento das diversas formas associativas rurais;
- f) Assessorar a administração municipal na definição de instrumentos e estratégias de apoio ao desenvolvimento rural, especialmente no aperfeiçoamento da política agrícola e de abastecimento, na elaboração de programas e projetos de aproveitamento das potencialidades existentes, para agricultura municipal;
- g) Responsabilizar-se pela atualização técnica de seu pessoal, bem como de sua supervisão, para compatibilizar seu desempenho às necessidades da agricultura municipal.

2.3. O **MUNICÍPIO** se compromete a:

- a) Arcar com as despesas de custeio, conforme especificado no Plano de Trabalho, que visem a manutenção do Escritório Local, nas atividades de pesquisa, assistência técnica e extensão rural;
- b) Fornecer ao **INCAPER**, através de sua unidade local e/ou através dos fiscais dos contratos destas despesas, as informações relativas aos gastos realizados pela Unidade;
- c) Colocar à disposição do Escritório Local, mediante instrumento jurídico próprio e pelo prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica, os bens e insumos julgados necessários à sua execução, pactuado entre as partes;
- d) Disponibilizar espaço físico para o funcionamento do Escritório Local Distrital de Santa Maria e Nestor Gomes;
- e) Disponibilizar ao Escritório Local, livre de encargos trabalhistas e previdenciários e isento de obrigações acidentárias ou de quaisquer outros ônus, pessoal de serviços gerais/limpeza necessários ao bom funcionamento do referido Escritório, visando a execução do presente Acordo de cooperação técnica, conforme pactuado e constante do Anexo III;
- f) Ceder, temporariamente, ao **INCAPER**, 03 servidores, para o desempenho de atividades diretamente relacionadas à execução das ações previstas neste instrumento, permanecendo o servidor vinculado funcionalmente ao **MUNICÍPIO**, que se responsabilizará integralmente pelo pagamento de sua remuneração e encargos legais. Para a formalização da cessão é imprescindível o cumprimento dos requisitos estabelecidos no decreto nº 5594-R de 10 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das obrigações financeiras

3.1. O presente Acordo é celebrado a título gratuito, não implicando em compromissos financeiros nem em transferências de recursos entre os Partícipes, tampouco gerando direito a indenizações de qualquer espécie.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Relativas ao Acordo de Cooperação Técnica

4.1. Fica estabelecido pelas partes que os recursos a serem fornecidos pelo **MUNICÍPIO** cobrirão apenas parcialmente os custos dos serviços a serem desenvolvidos no município de São Mateus pelo **INCAPER**, cabendo a este a responsabilidade de obter de outras fontes numerário suficiente para o desenvolvimento normal dos trabalhos.

4.2. O **INCAPER** poderá solicitar, durante um período de experiência de 3 (três) meses, a substituição do(s) servidor(es) cedido(s), caso o desempenho funcional seja considerado insatisfatório, cabendo ao **MUNICÍPIO** indicar, de imediato outro(s) servidor(es).

CLÁUSULA QUINTA - Da Vigência

5.1. O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e terá vigência até 31/12/2028, podendo, todavia, ser modificado e alterado por anuência das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - Do Aditamento

6.1. A formalização de futuros entendimentos e que de qualquer forma impliquem em detalhamento, regulamentação dos objetivos e princípios gerais neste instrumento, serão consubstanciados em termos aditivos, bilaterais e específicos, com expressa referência a este instrumento principal e o integrando para fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Denúncia e da Rescisão

7.1. Este instrumento poderá ser denunciado por qualquer uma das partes ou rescindido por combinação entre as mesmas, mediante comunicação por escrito, acompanhada de memorial justificativo que produzirá efeitos após decorridos 30 (trinta) dias contados do recebimento pelo destinatário, fazendo-se os acertos relativos às obrigações assumidas, até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - Da Extinção

8.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.

8.2. Quaisquer dos partícipes poderá denunciar o presente Acordo de Cooperação Técnica com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo imputadas ao **MUNICÍPIO** e ao **INCAPER** as responsabilidades pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o ajuste e sendo-lhes creditados, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

8.3. Constituem motivo para denúncia do Acordo de Cooperação Técnica, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas.



8.4. O presente Acordo de Cooperação Técnica será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA NONA - Das Ações de Publicidade

9.1. Eventual publicidade de obras, aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste Acordo de Cooperação Técnica ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

9.2. Os resultados dos trabalhos obtidos em decorrência deste instrumento, sejam eles parciais ou finais, serão divulgados como fruto da cooperação após anuência das partes, conferindo-lhes os créditos pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Confidencialidade e Proteção de Dados

As Partes comprometem-se a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer dados, informações técnicas, científicas, operacionais, administrativas, financeiras e outras, obtidas em razão da execução deste Acordo, não podendo divulgá-las a terceiros sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da parte titular da informação, salvo nos casos exigidos por lei ou por ordem judicial.

10.1. Comprometem-se, ainda, a proteger os dados pessoais eventualmente tratados no âmbito deste Acordo, observando as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), responsabilizando-se, no limite de suas atribuições, pela adoção das medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados de acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.2. O dever de confidencialidade previsto nesta cláusula permanecerá vigente mesmo após o encerramento deste Acordo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, salvo se outro período for legalmente exigido.

10.3. As obrigações previstas nesta cláusula não se aplicam às informações que:

- i. sejam ou se tornem de domínio público, sem que tenha havido violação das obrigações aqui estabelecidas;
- ii. já sejam conhecidas pela Parte receptora antes do recebimento, desde que tal conhecimento possa ser comprovado documentalmente;
- iii. tenham sido obtidas de forma independente por terceiro que não esteja sujeito a obrigação de confidencialidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Disposições Finais

11.1. Havendo celebração de contratos entre o **INCAPER** e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, tal contratação não acarretará responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** pelas obrigações trabalhistas ou fiscais, assim como não existirá vínculo funcional ou empregatício entre os terceiros e o **MUNICÍPIO**.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro

12.1. As partes elegendas, de comum acordo, o Foro da Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento por meio eletrônico, com a utilização de assinatura digital, em conformidade com a legislação vigente, produzindo os mesmos efeitos legais das vias físicas, na forma da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Vitória (ES), _____ de _____ de 2026.

Alessandro Broedel Torezani
Diretor-Geral do Incaper

Edson Bissaro
Secretário Municipal de Agricultura
e Abastecimento

ANEXO III – PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

| | | | |
|---|-----------------|-------------------------|------------------------------------|
| INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – INCAPER | | | CNPJ: 27.273.416/0001-30 |
| Endereço Rua Afonso Sarlo, 160 - Bento Ferreira | | | |
| Cidade Vitória | UF ES | CEP 29052-010 | Telefone (27) 3636-9828 |
| Nome do Responsável | | | CPF |
| Cargo Diretor Geral | | Matrícula | |

1.2 OUTRO PARTÍCIPE

| | | | |
|---|-----------------|-------------------------|------------------------------------|
| MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS | | | CNPJ: 27.167.477/0001-12 |
| Endereço Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70, Bairro Centro | | | |
| Cidade São Mateus | UF ES | CEP 29930-900 | Telefone |
| Nome do Responsável | | | |
| Cargo Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento | | Matrícula | |

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

| | | |
|---|----------------------------------|------------------------------------|
| Códigos dos Planos de Ações: Título: Acordo de Cooperação Técnica, que entre si celebram o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper e o Município de São Mateus | Período de Execução | |
| | Início Janeiro de 2026 | Término Dezembro de 2028 |
| Identificação do Objeto: O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de parceria entre o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper e o Município de São Mateus], com vistas ao planejamento, desenvolvimento e execução de ações conjuntas voltadas à assistência técnica e extensão rural, conforme disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 194/2000 e em consonância com as políticas e diretrizes dos Governos Federal, Estadual e Municipal. | | |

A parceria tem como objetivo central a promoção do desenvolvimento rural sustentável, por meio do fortalecimento das atividades agropecuárias, da agroindustrialização, do cooperativismo, da organização social, da segurança alimentar e nutricional, da conservação dos recursos naturais e da geração de renda, com foco prioritário na agricultura familiar e na inclusão social dos produtores rurais. Além disso, a parceria visa orientar e assistir os agricultores, prioritariamente os de base familiar, trabalhadores rurais, assentados, assalariados, parceiros e suas organizações sociais, utilizando estratégias e métodos que possibilitem a melhoria dos processos vinculados às atividades agropecuárias, processamento e/ou industrialização da produção, comercialização e de inserção em políticas públicas e outras ações que visem a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e seus familiares.

As ações a serem executadas no âmbito deste acordo visam integrar esforços técnicos, humanos e logísticos entre o Incaper e o Município, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos produtivos e para a valorização da população rural, em conformidade com as políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado do Espírito Santo, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, publicidade, legalidade e interesse público.

Justificativa da Proposição:

A proposição deste Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper e o Município de São Mateus fundamenta-se na necessidade de fortalecer e ampliar a atuação pública na promoção do desenvolvimento rural sustentável, com foco na agricultura familiar e na melhoria das condições de vida das populações rurais.

O art. 6º da Lei Complementar nº 194/2000 define como objetivos do Incaper a execução de ações voltadas à pesquisa, à assistência técnica e à extensão rural, à promoção da agropecuária, da agroindústria, da pesca e do meio ambiente, bem como à valorização do agricultor e ao fortalecimento de suas organizações. Esses objetivos estão diretamente alinhados à proposta do presente Acordo, que busca integrar esforços institucionais entre o Incaper e o Município para atender os agricultores e suas organizações, de forma continuada, qualificada e territorialmente definida.

A parceria proposta justifica-se ainda pela importância de se consolidar arranjos cooperativos que promovam ações públicas no meio rural, especialmente diante das demandas crescentes por inclusão produtiva, segurança alimentar, acesso a políticas públicas, transição agroecológica, uso racional dos recursos naturais e geração de renda no campo.

Nesse contexto, a formalização deste acordo representa uma resposta institucional articulada, ética e eficiente aos desafios do desenvolvimento rural sustentável e ao papel transformador da assistência técnica e extensão rural como instrumento de políticas públicas estruturantes no Estado do Espírito Santo.

4. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

| Meta | Descrição | Indicadores de Resultados | Início | Término |
|------|---|---------------------------|--------|---------|
| 1. | Prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares. | 600 | 2026 | 2028 |
| 2. | Apoiar as Organizações Sociais Rurais (associações e cooperativas) | 10 | 2026 | 2028 |
| 3 | Apoiar eventos municipais | 4 | 2026 | 2028 |

5. PLANO DE APLICAÇÃO

| ESPECIFICAÇÃO | Concedente | Cota |
|--|------------|--------------|
| Combustível (em litros) | Prefeitura | 400/mês |
| Disponibilizar espaço físico e infraestrutura (água, energia elétrica e internet) no Prédio de atendimento ao produtor no distrito de Nestor Gomes e Santa Maria | Prefeitura | |
| Realizar, quando necessário, serviços de manutenção/adequação estrutural nas unidades físicas do Instituto | Prefeitura | |
| Cessão de Servidores para atuar nas ações de assistência técnica e extensão rural | Prefeitura | 3 servidores |
| Serviço de conservação e limpeza das dependências dos escritórios local e distritais do Incaper | Prefeitura | |

6. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Será formado um Comitê de Acompanhamento, com representantes de ambas as partes, que se reunirá trimestralmente para:

- Avaliar o cumprimento das metas.
- Sugerir ajustes nas estratégias.
- Elaborar relatórios semestrais de execução.
- Elaborar a prestação de contas técnica e financeira ao final do acordo

7. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao Município de São Mateus, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

Vitória, ____ de _____ de 2026.

Diretor Geral e do Incaper

8. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO

São Mateus, ____ de _____ de 2026.

Secretário Municipal de São Mateus

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

EDUARDO SALES ROCHA AGUIAR

CHEFE DA ASSESSORIA JURIDICA
ASJUR - INCAPER - GOVES
assinado em 13/01/2026 12:26:53 -03:00

ALESSANDRO BROEDEL TOREZANI

DIRETOR GERAL
INCAPER - INCAPER - GOVES
assinado em 13/01/2026 14:42:31 -03:00

EDSON BISSARO

CIDADÃO
assinado em 19/01/2026 09:50:21 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/01/2026 09:50:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por NICELEIA ARAUJO DE OLIVEIRA (REQUISITADO - CDIE - INCAPER - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-ZHLRCW>